

Recomendações para impactos sistêmicos na cadeia de valor do açaí

Policy brief, 2023

Fortalecendo políticas públicas e a agenda de sustentabilidade do setor produtivo

A Amazônia, rica em biodiversidade e recursos naturais, é uma região que busca desenvolvimento sustentável através da sociobioeconomia, favorecendo a transição para modelos de baixo carbono e conservação de sua biodiversidade. Dentro desse cenário, destaca-se a cadeia de valor do açaí, crucial para a região amazônica e sua segurança alimentar.

Baseado no Caderno de Sustentabilidade da Cadeia de Valor do Açaí, realizado pela rede Diálogos Pró-Açaí, este policy brief apresenta um conjunto de recomendações à cadeia de valor do açaí, tanto em relação a políticas públicas, quanto à agenda de sustentabilidade do setor produtivo. Essas ações abrangem temas cruciais como Direitos Humanos, Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação, Comercialização, Organização Social, Normas Regulatórias e Manejo Florestal. Ao combinar conhecimento existente com recomendações específicas, traça-se um roteiro para impulsionar a cadeia de valor do açaí, visando a conservação de ecossistemas e a prosperidade das comunidades locais.

Ao consolidar informações detalhadas e soluções práticas, este policy brief pretende catalisar ações colaborativas, aproveitando o potencial do açaí como recurso sustentável e símbolo duradouro da Amazônia. A iniciativa é organizada pela rede Diálogos Pró-Açaí, cuja secretaria-executiva é realizada pelo Instituto Terroá, no âmbito do “Projeto Bioeconomia e Cadeias de Valor”, desenvolvido no âmbito da Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável, por meio da parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, com apoio do Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha, em uma parceria com o Consórcio ECO-Consult e a Conexsus.

Força expressiva da sociobioeconomia

Produção de
açaí no Brasil

Cerca de
1,7 milhão
de toneladas
por ano¹

Valor anual da
produção no Brasil

Estimado em
R\$ 6 bilhões¹

Exportação em 2021

6 mil
toneladas²

Mercado mundial

Movimenta
US\$ 720
milhões
por ano³

Indústria do açaí
na Amazônia

Gera **US\$**
1,2 bilhão
em vendas
na região⁴

Indústria do açaí
no mundo

Gera
US\$ 15
bilhões
em vendas
em todo o
mundo⁴

Taxa de crescimento
da economia

12,6% ao ano⁴

Do ponto de vista social, a indústria do açaí desempenha um papel crucial na geração de renda e na promoção da segurança alimentar na região amazônica. Seguem alguns números relacionados aos aspectos sociais da indústria do açaí:

Envolvimento de mais de

300 mil
Pessoas⁵

Incluindo mais de

150 mil
Famílias⁷

Presença relevante em

391
municípios
e **13** estados
brasileiros⁷

Mais de
200⁶

Empreendimentos
Comunitários na
Agricultura Familiar atuam
diretamente com o fruto.

10.000⁷

batedores de açaí
apenas em Belém

Em termos de renda, no estado do Pará, em 2019, o açaí movimentou R\$ 3,7 bilhões, o que representa 2,8 vezes o valor original da produção rural. A distribuição da quantidade produzida é a seguinte:

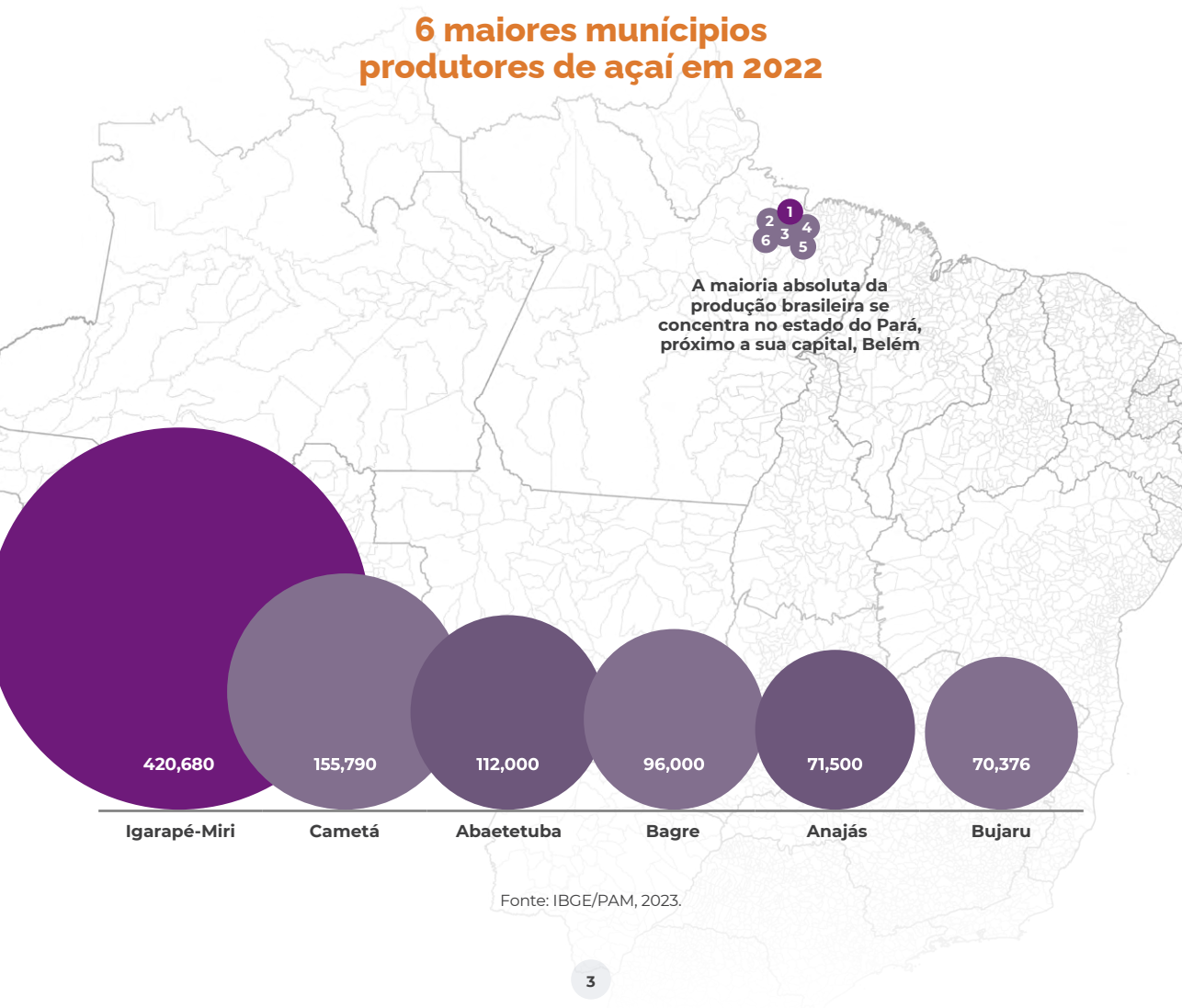
Mercado Paraense: 53% da quantidade produzida

Mercado Internacional: 2%

Mercado Nacional: 45%

Assim, a cadeia de valor do açaí é capaz de gerar renda e desenvolvimento para a região, ao mesmo tempo em que pode contribuir para a conservação da biodiversidade, mas desde que determinados critérios de sustentabilidade possam ser cumpridos desde as etapas de produção, beneficiamento, industrialização e chegada ao consumidor final.

6 maiores municípios produtores de açaí em 2022



Desafios sistêmicos precisam ser superados

A cadeia do açaí na região amazônica enfrenta uma série de desafios complexos que ecoam desde a produção até a comercialização. A insegurança fundiária e os conflitos decorrentes da grilagem de terras ameaçam a estabilidade das comunidades, e a falta de assistência técnica e de capacitação comprometem a qualidade das práticas de manejo e a segurança no trabalho. O trabalho infantil persistente, especialmente nas piores formas, traz à tona a necessidade de políticas de proteção mais robustas. O desafio da comercialização é marcado pela falta de sistemas de controle e rastreabilidade, impedindo a garantia da qualidade dos produtos e a entrada em mercados diferenciados.

A perda da diversidade de flora e fauna, intensificada pelo processo de açaiização, acelera a degradação ambiental de determinados territórios, comprometendo a sustentabilidade da produção. A ausência de infraestrutura para o descarte adequado dos resíduos do processamento da polpa de açaí também cria um passivo ambiental significativo. Ademais, a falta de acesso a crédito, informalidade, distorções tributárias, o déficit de gestão organizacional e a exclusão digital das comunidades tradicionais prejudicam a viabilidade econômica da cadeia.

A fragmentação e falta de coordenação entre os elos da cadeia limitam a eficácia das ações tomadas e minam as oportunidades de crescimento conjunto. Uma abordagem sistêmica, centrada na promoção da qualidade, regulamentação ambiental rigorosa, assistência técnica robusta, proteção dos direitos das comunidades e coordenação eficiente entre todos os envolvidos, é fundamental para superar os desafios. A sinergia entre políticas públicas, regulamentações e esforços coletivos pode não apenas fortalecer a cadeia do açaí, mas também garantir o desenvolvimento sustentável da região, preservando suas riquezas naturais e melhorando a qualidade de vida das comunidades que dependem dela.

Políticas públicas: um mosaico que precisa ser fortalecido

No substantivo cenário das políticas públicas voltadas para a Amazônia, várias abordagens focalizadas buscam fortalecer as cadeias da sociobioeconomia, incluindo a do açaí. No âmbito federal, programas como o Programa Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) se destacam ao promover Direitos Humanos, distribuindo renda e combatendo o trabalho infantil em sinergia com a educação inclusiva. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) enriquecem a segurança alimentar, integrando o açaí em refeições e fortalecendo a agricultura familiar. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) atua como base, fornecendo créditos que impulsionam a capacidade produtiva dos agricultores, enquanto a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) assegura preços justos e valoriza a sociobiodiversidade.

No âmbito do Estado do Pará, principal produtor de açaí, o Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA) é fundamental para promover, por exemplo, a Assistência Técnica e Extensão Rural, capacitando técnicos e apoiando produtores, fortalecendo a agricultura familiar e boas práticas socioambientais. Pesquisa, desenvolvimento e inovação também são priorizados a partir dos programas “Amazônia Conectada” e o Programa Amazônia Integrada e Sustentável (PAIS), promovendo conectividade e inovação tecnológica para o desenvolvimento econômico. O Programa Territórios Sustentáveis também aborda ações que visam uma comercialização responsável a partir de uma certificação do Estado para práticas socioambientais, abrindo caminho para a entrada em programas de alimentação escolar e aquisição de alimentos.

Adicionalmente, o PEAA, o Programa Regulariza Pará (PRP) e o Programa Territórios Sustentáveis buscam normas regulatórias claras e engajamento municipal, titulação de imóveis rurais e gerenciamento ambiental responsável. O Manejo Florestal, promovido por esses programas, cria sistemas agroflorestais, incentiva o uso sustentável dos recursos e fortalece as cadeias produtivas para gestão sustentável das florestas e desenvolvimento econômico.

No contexto interconectado, as políticas públicas formam um mosaico em prol do desenvolvimento sustentável na Amazônia. É fundamental que possuam espaço nos orçamentos públicos e sejam fortalecidas, chegando à ponta, nos territórios e pólos produtivos amazônicos. O fortalecimento dessas políticas configura um cenário favorável ao crescimento econômico, à inclusão social e à conservação ambiental.

Recomendações para a sustentabilidade da cadeia: priorização para impactos sistêmicos

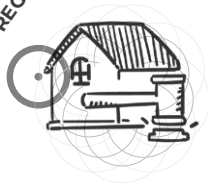
Baseada no Caderno de Sustentabilidade da Cadeia de Valor do açaí, a priorização das recomendações no presente policy brief é fundamentada em uma abordagem estruturante, voltada para a atuação nas causas raízes dos desafios enfrentados pela cadeia de valor do açaí na Amazônia. Esta seleção foi organizada tendo como base as recomendações que tiveram destaque no evento da rede Diálogos Pró-Açaí - Açaí: força da sociobioeconomia amazônica - realizado de 31 de maio a 02 de junho de 2023 em Belém, pelos participantes dos setores público, privado e sociedade civil, além dos resultados provenientes da Caravana do Açaí⁹ - empreendida pelo Instituto Terroá durante 2022 e 2023.

A seleção visa direcionar esforços para melhorias sistêmicas e duradouras, em consonância com os princípios de desenvolvimento sustentável. Ao priorizar ações estruturantes, busca-se criar um impacto positivo em múltiplas dimensões, ampliando a capacidade de resiliência das comunidades locais e fortalecendo a base socioeconômica da região. Essas ações tendem a ser mais eficazes a longo prazo, abordando as causas subjacentes dos desafios enfrentados, em vez de apenas tratar sintomas imediatos. Ademais, a priorização se baseia na sinergia entre as recomendações e nas interconexões entre os diversos aspectos abordados. Reconhecendo que os desafios enfrentados pela cadeia do açaí estão entrelaçados e interdependentes, a atuação nas causas raízes é mais propensa a gerar efeitos multiplicadores e impactos sistêmicos.



Normas regulatórias

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA



REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL



REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA



DESAFIOS

Insegurança fundiária; Irregularidades na realização e validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR); Distorções tributárias sobrecarregam os tributos sobre os produtos beneficiados a partir dos frutos do açaí.

RECOMEN-
DAÇÕES

Construir uma nova proposta para regularização fundiária da Amazônia Legal, envolvendo governos estaduais e governo federal, condicionada ao cumprimento do Código Florestal, por meio da análise das áreas com sobreposição em territórios tradicionais e da atualização da Relação de Beneficiários, e da regularização das áreas protegidas.

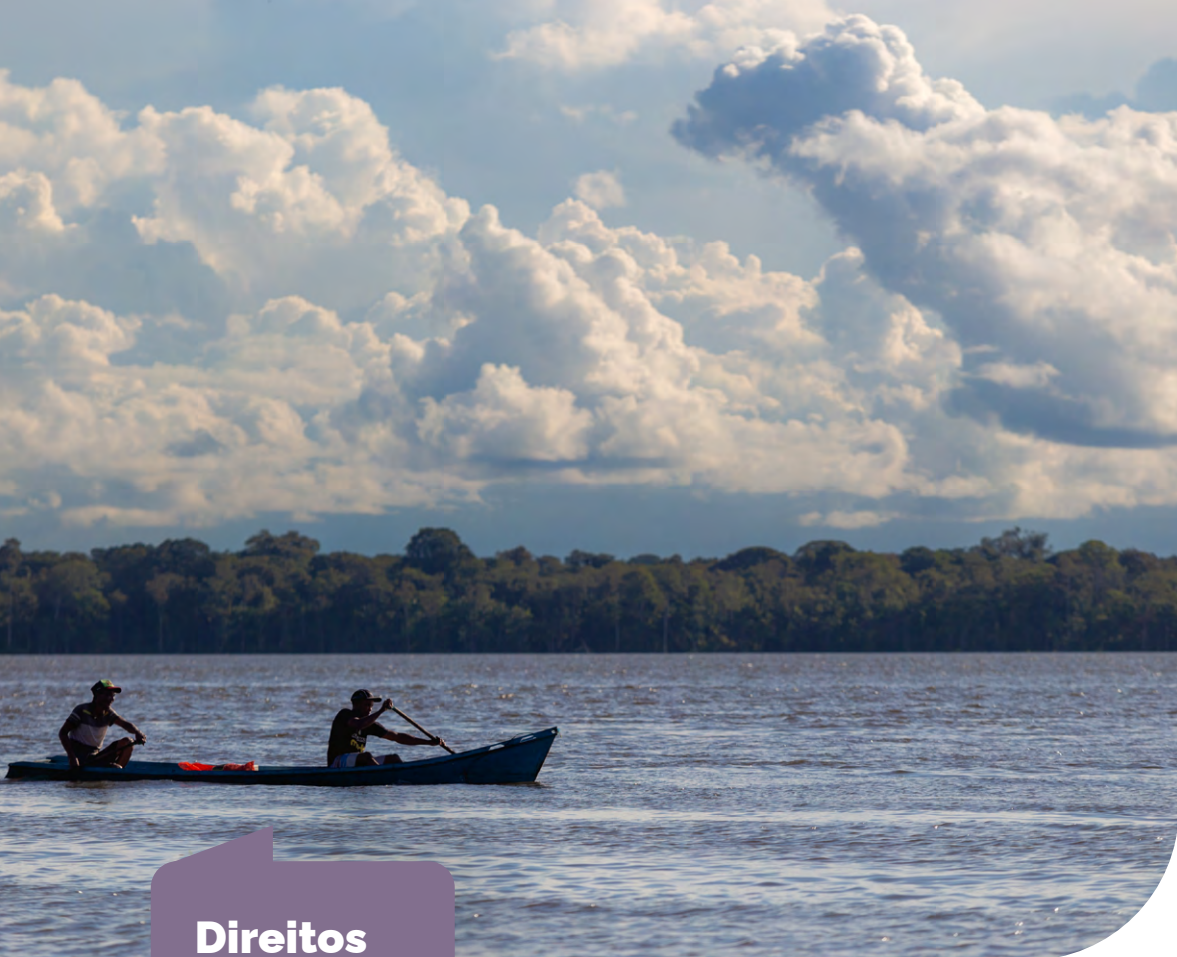
Avançar na análise e validação dos registros do Cadastro Ambiental Rural (CAR), cancelando aqueles que estiverem irregulares, possibilitando que os agroextrativistas possam estar regularizados e aptos para acessar políticas públicas.

Articulação intersetorial para o tratamento das distorções tributárias que sobrecarregam os tributos incidentes sobre os produtos beneficiados a partir dos frutos do açaí. É necessário igualar a polpa de açaí ao tratamento tributário dispensado à castanha-do-Brasil, o que significa reduzir a zero a alíquota do PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a polpa de açaí, além de instituir crédito presumido de 35% sobre o valor da alíquota do PIS/Pasep e da Cofins (9,25%), aplicado ao valor de aquisição do açaí in natura. Reduzir a zero o ICMS incidente sobre a polpa de açaí nas operações internas e interestaduais, concedendo crédito presumido equivalente à alíquota interestadual nos casos em que o estado adquirente não conceda o referido benefício.

RESULTADO
SISTÊMICO

A partir de mecanismos criados para dar celeridade ao processo de regularização fundiária e ambiental, garante-se a manutenção da produção extrativista do açaí e de outras espécies nativas, aumentando a autonomia de territórios tradicionais e da agricultura familiar.

Ao reduzir a carga tributária ao longo de toda a cadeia produtiva da polpa de açaí, estes alimentos ganham maior competitividade frente aos alimentos ultraprocessados, favorecendo o seu consumo e aumentando a atratividade comercial destes alimentos.



Direitos Humanos

TRABALHO DIGNO E SEGURO



COMBATE AO TRABALHO INFANTIL



DESAFIOS

Situações de trabalho forçado ou com sobrecarga e jornada excessiva, informal, remuneração insuficiente para um padrão de vida adequado, sem formação técnica e profissional adaptada, ausência de grau adequado de segurança e estabilidade no emprego.

Ocorrência das piores formas de trabalho infantil na cadeia do açaí.

RECOMEN-
DAÇÕES

Regulamentar as condições mínimas de segurança e trabalho no extrativismo do açaí para eliminar o trabalho infantil e aprimorar as condições laborais em toda a cadeia de fornecimento. Isso pode ser alcançado através da formulação de acordos coletivos envolvendo o governo, empresas e empreendimentos comunitários. Reforçar políticas públicas de distribuição de renda, como o Bolsa Família e de garantia de direitos das crianças e adolescentes, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

RESULTADO
SISTÊMICO

Mecanismos criados para a articulação entre as partes interessadas da cadeia, firmando acordo setorial com metas para extinguir situações degradantes de trabalho.

O trabalho infantil é eliminado da cadeia produtiva e mecanismos de monitoramento, fiscalização e apoio às famílias vulneráveis pelo governo e de toda a sociedade funcionam de maneira efetiva.



ATER



DESAFIOS

Assistência técnica que não atende a demanda para as atividades iniciais da produção, como as boas práticas de manejo, segurança no trabalho, além de demandas administrativas das organizações comunitárias, como a gestão documental, para manter a regularidade das instituições.

RECOMEN- DAÇÕES

Fomentar e executar projetos abrangentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que adotem uma abordagem sistêmica na cadeia do açaí, de forma que extensionistas tratem sobre manejo, comercialização, gestão organizacional etc. É fundamental fomentar a capacitação e valorização de técnicos locais, minimizando custos logísticos desnecessários e promovendo a autonomia territorial. Os arranjos de ATER precisam de colaboração intersetorial efetiva, envolvendo atores públicos, privados, comunitários e instituições educacionais (Escolas Famílias Agrícolas e Casas Familiares Rurais), alinhados com as demandas dos empreendimentos e explorando plenamente as potencialidades territoriais.

RESULTADO SISTÊMICO

Fortalecimento das políticas públicas de ATER, com planejamento institucionalizado a partir das principais demandas levantadas pelo setor.



Manejo Florestal Sustentável



DESAFIOS

Dificuldade na promoção das boas práticas de manejo de açaízais e incentivo de práticas agroecológicas sustentáveis.

RECOMEN- DAÇÕES

Desenvolver e implementar planos de manejo sustentável que estabeleçam as boas práticas de manejo de açaízais em todas as etapas do processo produtivo, respeitando a densidade de touceiras por hectare e riqueza de espécies arbóreas, protegendo as árvores matrizes, as de valor cultural, as espécies raras e/ou ameaçadas, além do monitoramento de áreas de manejo - condições fundamentais para a conservação dos ecossistemas florestais. Seguir diretrizes, como por exemplo, de certificação orgânica, manejo florestal de mínimo impacto, legislação ambiental e normas técnicas, com foco na conservação ambiental e prevenção da açaização, evitando o uso excessivo de fertilizantes e defensivos, priorizando as práticas de cultivo agroecológicas e sustentáveis.

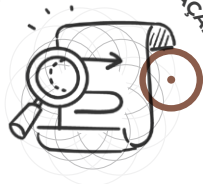
RESULTADO SISTÊMICO

As atividades desenvolvidas nas áreas de produção de açaí, nativas ou cultivadas em modelos de SAFs, garantem o equilíbrio dos ecossistemas florestais, evitando danos ambientais e promovendo a conservação da biodiversidade.



Beneficiamento

RASTREABILIDADE DO AÇAÍ



RESÍDUOS SÓLIDOS (CAROÇO)



VALORIZAÇÃO DAS BATEDEIRAS



DESAFIOS

Poucas iniciativas de implementação de sistemas de controle e rastreabilidade na cadeia, desde as etapas de coleta, produção e beneficiamento, até a destinação final do caroço de açaí.

Extinção de bateadeiras de açaí; baixa competitividade das bateadeiras com relação às indústrias.

RECOMEN-
DAÇÕES

Estabelecer e implementar um sistema abrangente de rastreabilidade ao longo de toda a cadeia produtiva do açaí, envolvendo a busca de apoio para sua implementação, documentação e adoção de protocolos de garantia de origem, bem como a colaboração com sistemas de certificação que promovam a rastreabilidade do fruto, da floresta até a destinação final do caroço. Isso inclui a realização de estudos sobre novos sistemas de rastreamento, e o incentivo às certificações socioambientais.

Desenvolver sistema de monitoramento, controle e destinação adequada dos caroços, em atenção ao cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Estabelecimento de parcerias entre os representantes dos artesãos, os órgãos governamentais responsáveis, OSCs, universidades e centros de pesquisa para planejamento e implementação de medidas sanitárias nas bateadeiras de açaí e regularização do empreendimento.

RESULTADO
SISTÊMICO

Os produtos dos frutos de açaí possuem rastreabilidade que garante a origem e se os atributos da qualidade foram atendidos ao longo da cadeia, além de permitir melhoria contínua do processo produtivo.

Um planejamento setorial para promover a correta destinação contribui para o fomento a novos mercados a partir do uso do caroço.

Reconhecimento da forma tradicional em produzir o açaí, exaltando a importância cultural, nutricional e econômica.



Comercialização

ACESSO A MERCADOS E AUTONOMIA



ACESSO A FONTES DE FINANCIAMENTO



DESAFIOS

A maturidade organizacional dos empreendimentos comunitários precisa ser aprimorada, melhorando aspectos de gestão, controle financeiro, acesso a mercados e crédito.

RECOMEN-DAÇÕES

Promover assistência técnica aos empreendimentos comunitários, agroextrativistas e artesanais no processo de sensibilização, mobilização e desenvolvimento de capacidades locais para ampliação da maturidade organizacional, prezando por eficácia no controle financeiro e transparência, visando acessar mercados e crédito financeiro.

Apoiar as organizações comunitárias no processo documental e elaboração de projeto, necessários para o acesso a compras institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Assegurar recursos para que a Mesa de Diálogo Permanente Catrapovos Brasil continue a atuar, viabilizando as compras institucionais (PNAE) de itens produzidos por comunidades tradicionais para a merenda escolar.

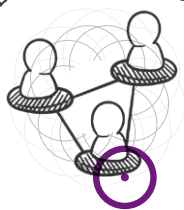
RESULTADO SISTÊMICO

Com a maturidade organizacional aprimorada, os empreendimentos comunitários desenvolvem maior autonomia e conseguem acessar mercados públicos e privados, além de acessar fontes de financiamento, contribuindo para a redução das desigualdades sociais com o aumento da renda familiar.



Organização Social

GESTÃO DE NEGÓCIOS COMUNITÁRIOS



INCLUSÃO DIGITAL



DESAFIOS

Falta de mecanismos para estruturação de um sistema de aprendizagem continuada para as organizações comunitárias; Exclusão digital das comunidades tradicionais; e dificuldade de gestão e uso de novas tecnologias.

RECOMEN-
DAÇÕES

Fortalecer a organização social e o desenvolvimento sustentável de empreendimentos comunitários por meio de parcerias estratégicas e capacitação. Sugere-se a criação de um espaço ou centro de desenvolvimento de negócios sustentáveis na Amazônia, com foco em empreendimentos ligados à sociobiodiversidade e ao cooperativismo." Isso envolve a implementação de cursos de gestão de empreendimentos, implantação de sistemas de gestão, financiamento de projetos para aprimorar a maturidade organizacional, bem como apoio a programas de extensão e incubação de negócios comunitários. Além disso, promover a inclusão digital nas comunidades, ampliar o acesso à internet e valorizar o conhecimento tradicional, incluindo a disseminação de diretrizes legais que beneficiem os povos e comunidades tradicionais.

RESULTADO
SISTÊMICO

A estrutura de aprendizagem continuada junto aos empreendimentos comunitários permite o desenvolvimento de capacidades organizacionais sólidas e a conectividade na área rural se torna uma ferramenta de inclusão produtiva e avanços tecnológicos, respeitando os aspectos tradicionais de cada território.



Pesquisa e Inovação



DESAFIOS

Falta de tecnologia e inovação com uso de ferramentas e equipamentos necessários ao processo produtivo; Necessidade de melhoria nos métodos oficiais de coleta, sistematização e divulgação de dados sobre a cadeia; Perda de competitividade e oportunidade de negócios.

RECOMEN-DAÇÕES

Apoiar financeiramente iniciativas para a criação e produção em larga escala de EPIs e equipamentos de coleta para a cadeia do açai, fornecendo ou facilitando o acesso desses insumos em sua cadeia de fornecedores.

Aprimorar os métodos de coleta dos dados oficiais juntos aos informantes na base da cadeia, elaborando uma plataforma acessível.

Programas de incentivo ao estabelecimento de agroindústrias locais, com melhorias em infraestrutura, equipamentos e capacitação de equipes. Para os empreendimentos comunitários, facilitar o acesso a fontes de financiamento para implementar agroindústria ou unidades de processamento de baixa complexidade para atendimento ao mercado institucional, verticalizando a produção, se for uma demanda da organização e considerando a viabilidade econômica.

RESULTADO SISTÊMICO

A partir de equipamentos de segurança e coleta de frutos adaptados para a atividade e de fácil aquisição, os agroextrativistas estarão mais protegidos contra acidentes de trabalho. A transparência e visibilidade da cadeia são garantidas com os métodos estatísticos recomendados por especialistas e aplicados em campo, na sistematização e divulgação de informações.



Articulação Intersectorial



DESAFIOS

Falta articulação, coordenação e comunicação entre os elos da cadeia; Pouco espaços coletivos de comercialização e compartilhamento de estrutura

RECOMEN-DAÇÕES

Fortalecer espaços participativos intersectoriais que promovam o desenvolvimento da cadeia do açaí em diferentes aspectos, tais como: a criação da Câmara Setorial Federal do Açaí e de Câmaras estaduais; e o fomento à iniciativa Diálogos Pró-Açaí.

Criar grupos colaborativos territoriais entre organizações produtoras, a fim de construção de pautas comuns e possíveis arranjos produtivos locais.

RESULTADO SISTÊMICO

Organizações que atuam na cadeia do açaí mantêm-se integradas, com uma agenda de trabalho em comum;

Espaços de troca de experiências e compartilhamento de estruturas aperfeiçoando a comercialização e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais nos diferentes territórios.

Ações que merecem destaque para serem reforçadas no Estado do Pará

Considerando a existência de diversas políticas públicas do Estado do Pará que contribuem para a sustentabilidade da cadeia do açaí, sugere-se abaixo o fortalecimento de determinadas ações específicas já existentes e previstas, bem como novas possibilidades que possam servir de complementação na atuação governamental. As ações e políticas específicas, se forem efetivadas, trarão benefícios significativos à cadeia do açaí e podem servir de referência para os demais estados produtores de açaí.

Ações a serem fortalecidas e implementadas

- 1 Reduzir o passivo de titulação de imóveis rurais no Pará.
- 2 Plano de ação emergencial de combate às piores formas de trabalho infantil e situações de trabalho degradante na cadeia do açaí, envolvendo múltiplos atores.
- 3 Fortalecer a Assistência Técnica e Extensão Rural, a partir de intervenções que adotem uma abordagem sistêmica na cadeia do açaí, de forma que extensionistas tratem sobre manejo, comercialização, desenvolvimento organizacional, Normas Voluntárias de Sustentabilidade (NVS), normas obrigatórias etc.
- 4 Ampliar a divulgação e a capacitação relacionada às regras sanitárias para empreendimentos da bioeconomia da sociobiodiversidade, com foco no selo Artesanal (Programa Educação Sanitária).
- 5 Capacitar atores municipais (incluindo associações e cooperativas) nos processos de compras públicas relacionados ao PNAE e Programa Alimenta Brasil (PAB) visando à compra de produtos da sociobiodiversidade e criar cardápio para os programas PNAE e PAB com produtos sociobiodiversidade.
- 6 Ampliar as linhas de créditos com programas específicos, facilitando o acesso para pequenos produtores.
- 7 Desenvolver programas de acesso ao mercado regional, nacional e internacional para produtos da sociobiodiversidade.
- 8 Implementação de um Sistema de Informações com bases de dados integradas sobre a cadeia do açaí para rastreabilidade e comprovação de origem sustentável, além de implantar internet e outras tecnologias sociais junto a empreendimentos ligados à sociobiodiversidade.
- 9 Fortalecer as Câmaras Técnicas de Comercialização, que são espaços de diálogo institucional, envolvendo governo e sociedade civil.

Políticas Públicas federais e do estado do Pará

- Programa Bolsa Família.
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).
- Programa Estadual Territórios Sustentáveis.
- Plano Estadual Amazônia Agora - PEAA (Decreto nº 941/2020).
- Programa Regulariza Pará.
- Programa “Amazônia Conectada”.
- Programa “PAIS” (Programa Amazônia Integrada e Sustentável).
- Plano de Bioeconomia do Estado do Pará.
- Programa de Desenvolvimento da Cadeia do Açaí (Pró-Açaí).
- Programa Agropecuária e Pesca - Ações de Educação Sanitária.

Diálogos Pró-Açaí

A rede setorial multi-atores Diálogos Pró-Açaí foi criada em 2018 para promover debate qualificado em prol do fortalecimento e da sustentabilidade desta importante cadeia da sociobiodiversidade. A missão é conectar, engajar e mobilizar atores-chave em prol do fortalecimento e desenvolvimento justo e sustentável da cadeia de valor do açaí, por meio da construção conjunta de recomendações e agendas intersetoriais.

Saiba mais: www.dialogosproacai.org.br



1 IBGE, 2021. 2 Abafrutas, 2021. 3 Conab, 2019. 4 Smeraldi e Santos (2021). 5 Sedap, 2016. 6 IBGE, 2017. 7 IBGE, 2021. 8 COSTA, Franciso de Assis (coord.), et. al., 2021. 9 A Caravana do Açaí é uma iniciativa que consiste em percorrer diferentes territórios e organizações comunitárias na região amazônica que trabalham com a produção do fruto do açaí. O objetivo central é compreender a cadeia de valor do açaí, identificando desafios e oportunidades, além de propor estratégias para fortalecer a sustentabilidade econômica, social e ambiental dessas comunidades produtoras. Ao longo de 2022 e 2023, foram visitados nove empreendimentos comunitários nos estados do Pará e Amapá, levantando os seus principais desafios e oportunidades. A principal metodologia aplicada foi a “Escala de Maturidade para empreendimentos da cadeia de valor do açaí”, desenvolvida pelo Instituto Terroá.